

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

1.1. Contratação de **SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, CONSERVAÇÃO, REFORMA EM PRAÇAS, PARQUES LINEARES E LOGRADOUROS PÚBLICOS** no Município de Belém – PA, incluindo o fornecimento de materiais, mão de obra, ferramentas e equipamentos necessários, conforme as condições, especificações técnicas e exigências estabelecidas neste instrumento e em seus anexos.

2. DA COMPETÊNCIA INSTITUCIONAL

2.1. A fundamentação das competências atribuídas à Secretaria Municipal de Zeladoria e Conservação Urbana (SEZEL) por meio da Lei nº 10.143/2025. Conforme o art. 35 do referido diploma legal, cabe a esta Secretaria a gestão direta da infraestrutura urbana básica e do patrimônio público municipal.

2.2. A necessidade do objeto alinha-se especificamente aos seguintes incisos:

2.2.1 Inciso IV: Que impõe o planejamento e a execução de projetos de administração, manutenção e conservação de espaços públicos (calçadas, praças, parques, logradouros, sarjetas e bueiros);

2.2.2 Inciso V: Que determina a coordenação e fiscalização de obras municipais e a manutenção de prédios, vias, calçadas, praças, parques e logradouros públicos de Belém.

3. DA JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

3.1. A presente contratação justifica-se pela necessidade de assegurar a adequada manutenção preventiva e corretiva, conservação e eventual reforma das praças, parques lineares e logradouros públicos do Município de Belém, considerando o uso contínuo desses espaços, a ação das intempéries, o desgaste natural dos materiais e a ocorrência de vandalismo, fatores que contribuem para a deterioração da infraestrutura urbana.

3.2. O Município dispõe de extensa rede de espaços públicos, com mais de 300 praças distribuídas em diversas regiões, incluindo bairros da área urbana e os distritos administrativos de Icoaraci, Outeiro, Mosqueiro, os quais desempenham papel essencial na promoção do lazer, da convivência social, da mobilidade ativa e da qualidade de vida da população. A ausência de manutenção sistemática compromete a funcionalidade desses ambientes, eleva o risco de acidentes, acelera a degradação dos bens públicos e pode gerar custos mais elevados com intervenções emergenciais ou reconstruções futuras.

3.3. Nesse contexto, a atuação da Secretaria Municipal de Zeladoria e Conservação Urbana – **SEZEL** mostra-se indispensável para garantir a continuidade dos serviços públicos urbanos, a preservação do patrimônio público e a segurança dos usuários, em conformidade com suas competências institucionais. Saúde Pública e Lazer: Espaços de lazer adequados combatem o sedentarismo e promovem a integração social, impactando diretamente na qualidade de vida e na saúde mental da população local.

3.4. Sob o ponto de vista administrativo, a contratação de empresa especializada revela-se mais eficiente e vantajosa, uma vez que permite maior agilidade na execução dos serviços, atendimento

simultâneo de múltiplas demandas e utilização de mão de obra qualificada, equipamentos e tecnologias adequadas, superando as limitações operacionais da execução direta pela Administração.

3.5. Adicionalmente, a contratação está alinhada aos princípios do planejamento, da eficiência, da economicidade e da continuidade do serviço público, previstos na Lei nº 14.133/2021, garantindo a execução de intervenções de forma contínua, padronizada e sob demanda, conforme as necessidades identificadas no âmbito da zeladoria urbana.

3.6. Por fim, destaca-se que a adequada conservação desses espaços contribui diretamente para a segurança pública, a valorização urbanística, a preservação ambiental e o bem-estar coletivo, reforçando o interesse público na presente contratação.

4. DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

4.1. A presente contratação fundamenta-se na Lei Federal nº 14.133/2021, que estabelece normas gerais de licitações e contratos administrativos, bem como nas demais legislações e normas técnicas aplicáveis à espécie.

4.2. O objeto caracteriza-se como serviço comum de engenharia, por possuir padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos, com métodos executivos, materiais e critérios de medição previamente estabelecidos em normas técnicas e especificações padronizadas, permitindo julgamento objetivo das propostas, conforme demonstrado no Estudo Técnico Preliminar.

4.3. Nos termos do art. 6º, inciso XLI, da Lei nº 14.133/2021, e conforme análise técnica constante do ETP, mostra-se adequada a utilização da **MODALIDADE PREGÃO, NA FORMA ELETRÔNICA**, por se tratar de serviço comum de engenharia, garantindo maior competitividade, transparência e eficiência na contratação.

4.4. O critério de julgamento das propostas será o de **MENOR PREÇO**, considerando o valor total da proposta para o conjunto dos serviços constantes da planilha orçamentária, tendo em vista que o objeto possui padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos, com especificações técnicas padronizadas, permitindo a comparação direta entre as propostas e a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração, nos termos do art. 33 da Lei nº 14.133/2021.

4.5. Adicionalmente, a contratação será operacionalizada por meio do Sistema de Registro de Preços – SRP, com fundamento nos arts. 82 e 84 da Lei nº 14.133/2021, tendo em vista que se trata de serviço executado sob demanda, cuja quantidade, localização e periodicidade das intervenções não podem ser previamente definidas com exatidão. Tal modelo permite maior flexibilidade operacional, otimização dos recursos públicos e pagamento conforme os serviços efetivamente executados.

4.6. A natureza da contratação é continuada, conforme evidenciado no ETP, uma vez que decorre de necessidade permanente da Administração Pública em promover a manutenção, conservação e recuperação dos espaços públicos urbanos, admitindo-se a prorrogação contratual desde que demonstrada a vantajosidade, nos termos do art. 106 da Lei nº 14.133/2021.

4.7. A inviabilidade da execução direta pela Administração, em razão da ausência de estrutura operacional, mão de obra especializada e equipamentos adequados, reforça a necessidade de contratação de empresa especializada, em observância aos princípios da eficiência, economicidade e interesse público.

4.8. Por fim, a presente contratação observará, ainda, as normas técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, a legislação urbanística municipal, o Plano Diretor de Belém, o Código de Posturas e as normas de segurança do trabalho, assegurando a qualidade, durabilidade, acessibilidade e segurança das intervenções realizadas.

5. DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

5.1. A solução proposta consiste na contratação de empresa especializada em engenharia para a execução de serviços de engenharia voltados à manutenção, conservação, requalificação e adequação de praças e espaços públicos existentes destinados ao lazer e à convivência social no Município de Belém/PA, compreendendo o fornecimento integral de materiais, insumos, mão de obra qualificada, equipamentos, ferramentas, transporte, controle tecnológico e todos os demais recursos necessários à completa execução das intervenções.

5.2. Os serviços contemplarão intervenções em espaços públicos já existentes, podendo incluir, conforme a necessidade de cada local, recuperação e recomposição de pavimentação, reparo e substituição de mobiliário urbano, manutenção de equipamentos esportivos e de lazer, adequação de instalações de apoio, serviços de paisagismo, manutenção de sistemas de drenagem superficial, iluminação pública, sinalização e demais elementos urbanos, vedada a execução de obras de implantação ou construção de novas estruturas de grande porte.

5.3. As intervenções serão executadas de forma padronizada, com base em soluções técnicas previamente definidas e em composições de custos referenciais, visando assegurar uniformidade na execução, ganho de escala, eficiência operacional e previsibilidade orçamentária, compatíveis com a natureza continuada dos serviços de engenharia.

5.4. A execução dos serviços ocorrerá de forma parcelada e sob demanda, mediante emissão de Ordens de Serviço pela Administração, observando-se as prioridades definidas pelo planejamento urbano municipal e a disponibilidade orçamentária, sendo cada intervenção precedida de levantamento técnico simplificado para definição dos serviços necessários.

5.5. A execução contratual deverá observar rigorosamente as normas técnicas aplicáveis à engenharia civil e urbanismo, especialmente aquelas estabelecidas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, bem como a legislação urbanística e ambiental vigente, garantindo segurança, durabilidade, qualidade e adequado desempenho das intervenções realizadas.

5.6. As soluções de acessibilidade deverão atender integralmente às normas técnicas aplicáveis, especialmente à ABNT NBR 9050, assegurando a existência de rotas acessíveis, rampas com inclinação adequada, pisos táteis e eliminação de barreiras arquitetônicas, de modo a garantir o uso seguro e autônomo dos espaços por pessoas com deficiência, idosos e indivíduos com mobilidade reduzida.

5.7. A execução dos serviços deverá assegurar a adequada manutenção de sistemas de drenagem superficial, arborização e paisagismo, contribuindo para o conforto ambiental, melhoria do microclima urbano e valorização estética dos espaços públicos, bem como a correta destinação dos resíduos gerados, em conformidade com a legislação ambiental aplicável.

5.8. A solução adotada visa garantir a preservação, recuperação e melhoria contínua da infraestrutura urbana existente, promovendo a adequada utilização dos espaços públicos, a segurança dos usuários, a valorização urbanística e a otimização dos recursos públicos, em consonância com a natureza continuada dos serviços de zeladoria urbana no Município de Belém.

6. DO QUANTITATIVO ESTIMADO

6.1. A caracterização do objeto como serviço continuado, bem como a definição dos quantitativos estimados, encontram-se detalhadas no Estudo Técnico Preliminar – ETP, que integra o presente Termo de Referência como seu apêndice, em atendimento a Lei Federal nº 14.133/2021.

6.2. A estimativa de preços da contratação será elaborada com base nos quantitativos definidos neste Termo de Referência e no Orçamento Analítico dos serviços de manutenção de praças, parques lineares e logradouros públicos, utilizando-se como referenciais oficiais de custos o SINAPI – Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil, bem como as composições e parâmetros constantes das bases da SEOP – Secretaria de Estado de Obras Públicas, assegurando a aderência aos preços praticados no mercado, a observância da economicidade e a compatibilidade com a natureza dos serviços contratados.

7. DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

7.1. O objeto desta contratação deverá observar rigorosamente as especificações técnicas constantes no **Anexo A** do presente Termo de Referência e as especificações detalhadas nos itens de execução de serviços.

8. DA ESTIMATIVA DE CUSTO

8.1. O custo estimado da contratação é de **R\$ 50.716.555,31 (Cinquenta milhões e setecentos e dezesseis mil e quinhentos e cinquenta e cinco reais e trinta e um centavos)**, conforme custos unitários postos na planilha em anexo.

9. DA APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

9.1. A proponente deverá na ocasião da apresentação da proposta:

9.1.1 Indicar o valor total da proposta, em algarismo e por extenso, já incluídas todas e quaisquer despesas tais como frete, taxas e impostos, transporte, inclusive o desembaraço alfandegário, dentre outras, observadas as isenções previstas na legislação, com cotações em moeda corrente nacional e quaisquer outras despesas que incidam ou venham a incidir sobre o objeto deste Termo de Referência;

9.1.2 Apresentar proposta de preços e documentações de forma clara e detalhada, citando especificações e descrição do objeto;

9.1.3 Indicar o prazo de validade da proposta, que não poderá ser inferior a 120 (cento e vinte) dias contados da data de sua apresentação.

9.2. As licitantes interessadas em participar deste certame deverão prestar **Garantia/Caução no valor de 1% (um por cento) do valor global estimado**, com prazo de validade de, no mínimo, 90 (noventa) dias, como condição de participação neste certame licitatório, conforme art. 58, da Lei Federal nº 14.133/2021.

9.3. A referida Garantia deverá ser efetuada previamente à data de realização do certame em uma das modalidades previstas no artigo 96, §1º da Lei Federal 14.133/2021.

9.4. O comprovante de prestação de Garantia deverá ser apresentada quando convocado o licitante provisoriamente vencedor, juntamente com a proposta ajustada, sob pena de desclassificação.

9.5. A garantia de proposta será devolvida aos licitantes no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado

da assinatura do contrato ou da data em que for declarada fracassada a licitação.

9.6. Implicará execução do valor integral da Garantia de Proposta a recusa em assinar o Contrato ou a não apresentação dos documentos para a contratação.

9.7. Não será aceita imposição de valor mínimo para faturamento do pedido.

10. DAS EMPRESAS EM CONSÓRCIO

10.1. É permitida a participação de empresas reunidas em consórcio, nos termos do art. 15 da Lei nº 14.133/2021, mediante a apresentação de compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados, com indicação da empresa líder, que será a responsável pela representação do grupo perante a Secretaria de Zeladoria Urbana - SEZEL (art. 15, § 1º, incisos I e II).

10.2. Cada consorciado deverá apresentar individualmente os documentos de habilitação exigidos neste Termo de Referência, admitindo-se, para fins de qualificação técnica e econômico-financeira, o somatório dos quantitativos de cada empresa, conforme facultado pelo art. 15, § 1º, inciso III, da Lei nº 14.133/2021.

10.3. As empresas consorciadas responderão solidariamente pelos atos praticados em consórcio, tanto na fase de licitação quanto na execução do contrato, em estrita observância ao art. 15, § 1º, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021.

10.4. É vedada a participação de uma mesma empresa em mais de um consórcio ou de forma isolada para este mesmo objeto, sob pena de desclassificação, em cumprimento à vedação prevista no art. 15, § 4º, da Lei nº 14.133/2021.

10.5. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

11. DA RELAÇÃO DE ÍNDICES CONTÁBEIS

11.1. A Licitante deverá comprovar através do Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, possuir **Patrimônio Líquido igual ou superior a 10% (dez por cento) do valor de sua PROPOSTA DE PREÇOS final;**

11.2. A Licitante deverá comprovar através do Balanço patrimonial e demonstrações contábeis dos últimos dois exercícios social possuir **Capital Circulante Líquido (CCL) ou Capital de Giro (Ativo Circulante – Passivo Circulante) de, no mínimo, 16,66% (dezesseis inteiros e sessenta e seis centésimos por cento) do valor da PROPOSTA de PREÇOS final apresentada;**

11.3. A exigência de Patrimônio Líquido mínimo correspondente a 10% (dez por cento) do valor da proposta, bem como de Capital Circulante Líquido (CCL) mínimo de 16,66% (dezesseis inteiros e sessenta e seis centésimos por cento), justifica-se pela necessidade de assegurar que a licitante detenha capacidade econômico-financeira compatível com a execução do objeto, especialmente por se tratar de serviço de engenharia, com execução simultânea de múltiplas unidades. Tais exigências visam reduzir riscos de inadimplemento, garantir a adequada mobilização de recursos, aquisição de insumos e continuidade da execução contratual até o recebimento das medições, mostrando-se proporcionais ao porte e à complexidade da contratação, em conformidade com o art. 69 da Lei nº 14.133/2021.

12. DOS DOCUMENTOS LEGAIS PARA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

12.1. QUALIFICAÇÃO TÉCNICO-OPERACIONAL

- 12.1.1.** Registro ou inscrição da empresa na entidade profissional competente, em plena validade.
- 12.1.2.** A licitante deverá comprovar aptidão para desempenho de atividades pertinentes, similares e compatíveis em características, quantidades e prazos com o objeto desta contratação, demonstrando capacidade técnico-operacional para execução de empreendimentos de natureza e complexidade tecnológica equivalente ou superior, mediante apresentação de certidões, atestados, CAO (Certidão de Acervo Operacional – CREA)/ CAT (Certidão de Acervo Técnico – CREA) ou CAT-O (Certidão de Acervo Técnico-Operacional – CAU/BR) emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelos conselhos profissionais competentes, quando aplicável.
- 12.1.3.** Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contrato(s) executado(s) com as seguintes características mínimas:
- 12.1.3.1. Comprovação de experiência de 03 (três) anos da licitante na execução de obras civis de manutenção, reforma, construção, ampliação de edificações ou espaços públicos de naturezas similares (tais como sanitários públicos, quiosques, vestiários, blocos administrativos e/ou de apoio), admitido o somatório de atestados de períodos distintos e/ou concomitante, executados de forma contínua ou descontínua, conforme art. 67, parágrafo 5º da Lei 14133/2021.**
- 12.1.4.** Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.
- 12.1.5.** O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.
- 12.1.6.** Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.
- 12.1.7.** Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.
- 12.1.8.** A apresentação, pelo fornecedor, de certidões ou atestados de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte será admitida, desde que atendidos os requisitos do art. 67, §§ 10 e 11, da Lei nº 14.133/2021 e regulamentos sobre o tema.

12.2. QUALIFICAÇÃO TÉCNICO-PROFISSIONAL

12.2.1. Para o Engenheiro(a) Civil ou Arquiteto(a) (Responsável Técnico):

12.2.1.1. Execução, supervisão ou fiscalização de obras ou serviços de execução de pavimentação de áreas externas em concreto e/ou piso intertravado e/ou pedra portuguesa e/ou pedra de lioz;

12.2.1.2. Manutenção, reforma, construção, ampliação de edificações ou espaços públicos de naturezas similares (tais como sanitários públicos, quiosques, vestiários, blocos administrativos e/ou de apoio) com a manutenção, instalação ou execução de mobiliário urbano, equipamentos de esporte e lazer, como quadras, playgrounds, academias ao ar livres e outras;

12.2.1.3. O(s) profissional(is) acima indicado(s) deverá(ão) participar do serviço objeto do contrato, e será admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração (§ 6º do art. 67 da Lei nº 14.133, de 2021).

12.2.1.4. Cada profissional deve estar devidamente registrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) ou órgão profissional competente.

12.2.1.5. Devem ser anexados Atestados de Responsabilidade Técnica (ART) ou Certidões de Acervo Técnico (CAT) que comprovem a execução dos serviços anteriormente citados.

12.2.2. A comprovação do vínculo dos profissionais poderá ser feita das seguintes formas:

12.2.2.1. Carteira Profissional de Trabalho e Ficha de Registro de Empregados (FRE), com identificação do profissional e guia de recolhimento do FGTS;

12.2.2.2. Contrato de prestação de serviços, celebrado de acordo com a legislação civil comum.

12.2.2.3. Declaração de Compromisso de Vinculação Contratual Futura, firmada pelo profissional indicado e pela licitante, na qual ambas as partes se comprometem a formalizar o vínculo contratual, caso a empresa seja vencedora do certame, assegurando a participação efetiva do profissional na execução do objeto durante toda a vigência do contrato, em conformidade com o art. 67 da Lei nº 14.133/2021, conforme modelo constante neste Termo de Referência, Anexo B;

12.2.2.4. No caso de dirigentes ou sócios da empresa, a comprovação será feita por meio do ato constitutivo da empresa e certidão do **CREA** ou órgão profissional competente, devidamente atualizada.

12.2.3. Não serão admitidos atestados de responsabilidade técnica de profissionais que, na forma de regulamento, tenham dado causa à aplicação das sanções previstas nos incisos

III e IV do caput do art. 156 da Lei n.º 14.133, de 2021, em decorrência de orientação proposta, de prescrição técnica ou de qualquer ato profissional de sua responsabilidade.

13. DO PRAZO PARA ANÁLISE DA DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA

13.1. A Comissão de Contratação ou o Agente de Contratação, auxiliado pela equipe técnica da Secretaria Municipal de Zeladoria e Conservação Urbana - SEZEL, terá o prazo de **até 10 (dez) dias úteis**, contados do encerramento da fase de lances para proceder à análise da documentação de habilitação técnica.

13.2. O prazo estabelecido no item anterior poderá ser prorrogado por igual período, mediante justificativa fundamentada nos autos, em caso de diligências necessárias para atestar a veracidade de atestados ou complexidade superveniente.

14. DA VISTORIA TÉCNICA

14.1. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia.

14.2. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

14.3. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

14.4. O licitante que OPTAR por realizar Visita Monitorada aos locais de execução dos Serviços, o licitante deverá agendar junto a SEZEL, através do SETOR SEMMVI, e-mail: deov@sesan.pmb.pa.gov.br. A Visita Monitorada deverá ser agendada com antecedência e deverá ocorrer até 5 (cinco) dias úteis à data de abertura do certame.

14.5. Caso o licitante opte por não realizar a vistoria, deverá apresentar declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação conforme modelo, **Anexo C**, parte integrante deste Termo de Referência.

14.6. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

15. DO PRAZO, LOCAL E CONDIÇÃO DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO

15.1. A execução dos serviços será realizada sob demanda, mediante prévia emissão de Ordem de Serviço (OS) pela **CONTRATANTE**, após a elaboração e aprovação da planilha de serviços e preços pela própria Administração.

15.2. As empresas detentoras dos preços registrados poderão ser convocadas para firmar contratações, observados os limites definidos, as condições estabelecidas neste instrumento e seus anexos.

15.3. Identificada a necessidade de intervenção, caberá à **CONTRATANTE** realizar o levantamento técnico no local, definindo os serviços necessários, quantitativos e demais condições para execução.

15.4. Com base no levantamento técnico realizado, a **CONTRATANTE** elaborará a planilha de

serviços e preços, utilizando os itens e valores constantes da planilha orçamentária registrada.

15.5. A **CONTRATADA** poderá ser convocada, quando necessário, para acompanhar vistoria técnica ou prestar esclarecimentos quanto à execução dos serviços, sem prejuízo da responsabilidade da **CONTRATANTE** pela definição da solução técnica.

15.6. A planilha de serviços e preços será analisada e aprovada pela autoridade competente, sendo posteriormente formalizada a Ordem de Serviço (OS) para execução.

15.7. A **CONTRATADA** deverá iniciar a execução dos serviços no prazo máximo de até 72 (setenta e duas) horas após o recebimento da Ordem de Serviço.

15.8. As Ordens de Serviço poderão ser encaminhadas por meio eletrônico ou físico, contendo a descrição dos serviços, local de execução, prazos e demais condições pertinentes.

15.9. Todos os materiais empregados na execução dos serviços deverão ser novos, fornecidos pela **CONTRATADA**, não sendo aceitas peças usadas ou recondicionadas, devendo ser observado, sempre que possível, o padrão existente no local da intervenção.

15.10. Os materiais substituídos ou retirados das unidades, quando não consistirem em entulho, pertencerão à **CONTRATANTE**, devendo permanecer no local de origem, salvo autorização expressa para descarte.

16. DA FISCALIZAÇÃO

16.1. Compete à fiscalização:

16.1.1 Acompanhar a execução dos serviços e registrar ocorrências relevantes;

16.1.2 determinar a correção de falhas, vícios ou inadequações;

16.1.3 atestar as medições e etapas executadas;

16.1.4 rejeitar, no todo ou em parte, serviços executados em desacordo com o contrato.

16.2. Nos termos do art. 104, inciso III cominado com o artigo 117 da Lei Federal nº 14.133/2021 e Decreto Municipal nº 107.810/2023-PMB, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados;

16.3. O **CONTRATANTE**, através de funcionário ou comissão, doravante designado como FISCAL DO CONTRATO, efetuará a fiscalização e o acompanhamento da execução do objeto contratado, poderá a qualquer tempo exigir que a licitante **CONTRATADA** forneça os elementos necessários ao esclarecimento de dúvidas relativas ao fornecimento, tais como demonstrativos de custos, notas fiscais, etc.

16.4. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da **CONTRATADA**, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 120 da Lei Federal nº 14.133/2021;

16.5. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das

falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

16.6. Quaisquer tolerâncias, concessões ou liberalidades do FISCAL DO CONTRATO para com a **CONTRATADA**, quando não formalizadas mediante termo aditivo, não constituirão precedentes invocáveis e não terão o poder de alterar as obrigações estabelecidas.

16.7. O Fiscal do Contrato, designado pela Administração Pública para o acompanhamento técnico da obra, deverá providenciar a respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) de Fiscalização, junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA), em conformidade com o disposto no art. 117, § 3º, da Lei nº 14.133/2021.

16.8. A comprovação do registro da ART de fiscalização deverá ser anexada aos autos do processo administrativo no prazo de até 7 (sete) dias após a designação formal do servidor, sendo os custos referentes à taxa de emissão de responsabilidade do órgão contratante, nos termos da legislação vigente.

17. DA EXECUÇÃO CONTRATUAL

17.1. O prazo para contratação de cada serviço será o estabelecido na Ordem de Serviço (OS).

17.2. Antes da emissão da OS, poderá solicitar que a **CONTRATADA** apresente uma proposta de Cronograma Físico-Financeiro (CFF), por etapas, do serviço. A partir da proposta apresentada, definirá a versão final do CFF para consolidação pela empresa.

17.3. A **CONTRATADA** deverá atender todas as demandas para a execução dos serviços, que serão solicitadas mediante a emissão de Ordens de Serviços acompanhadas dos demais documentos.

17.4. O período para execução dos serviços será, em regra, de segunda a sexta-feira das 08:00 às 18:00 horas, contudo, considerando a natureza do serviço ou a impossibilidade de execução no período mencionado anteriormente, a pedido da **CONTRATADA**, para eventual cumprimento de prazo, os serviços poderão ser executados nos finais de semana, feriados ou no período noturno, mediante autorização da **CONTRATANTE**, a critério do Gestor/Fiscal, sem ônus adicional para a Administração, considerando que todos os custos já estão contemplados nos preços contratados.

17.5. Os serviços somente serão realizados mediante emissão prévia de Ordem de Serviço (OS). Antes da emissão, a **CONTRATANTE** pode solicitar que a **CONTRATADA** analise a planilha orçamentária de serviços para conferência. Neste caso, a **CONTRATADA** tem o prazo de 3 (três) dias úteis para dar o retorno, manifestando-se quanto às sugestões de ajustes na planilha, que avaliará as possíveis sugestões, acatando-as ou não.

17.6. A execução dos serviços relativos a cada OS será acompanhada por funcionário designado para a fiscalização.

17.7. Todas as Ordens de Serviço terão assinatura do Ordenador de Despesas.

17.8. A **CONTRATADA** deverá iniciar a execução dos serviços no prazo máximo de 72h (setenta e duas) horas após aprovação do orçamento e emissão/recebimento da Ordem de Serviço.

17.9. Todos os serviços deverão ser executados conforme as Normas Técnicas da ABNT.

17.10. A FISCALIZAÇÃO poderá autorizar o emprego de materiais ou equipamentos que apresentem a mesma qualidade técnica, desempenhem idêntica função construtiva e as mesmas especificações exigidas dos materiais ou equipamentos especificados. Ou seja, o material ou

equipamento deverá ser análogo ou equivalente totalmente ao originalmente especificado. Porém, a FISCALIZAÇÃO poderá exigir de qualquer material empregado no serviço tenha o “Certificado de Conformidade”, expedido pelo INMETRO e o teste ou ensaio normalizado pela ABNT.

17.11. Qualquer paralisação deve ser comunicada de imediato ao Fiscal de Contrato, assim como apresentados os motivos por escrito.

17.12. A **CONTRATADA** providenciará a contratação de todo o seu pessoal necessário, bem como o cumprimento às leis trabalhistas e previdenciárias e à legislação vigente sobre saúde, higiene e segurança do trabalho. Correrá por conta exclusiva da **CONTRATADA** a responsabilidade por quaisquer acidentes de trabalho na execução das obras e serviços contratados; uso indevido de patentes registradas, resultantes de caso fortuito ou qualquer outro motivo; bem como a destruição ou danificação da obra em construção, até a definitiva aceitação dos serviços e obras contratados.

18. DA GARANTIA DOS SERVIÇOS

18.1. A empresa vencedora da licitação, será responsável pela garantia dos serviços executados, até que estes sejam recebidos definitivamente pela SEZEL, conforme disposto no Art. 140 da Lei nº. 14.133/21 e suas alterações, e deverá declarar explicitamente a garantia de 01 (um) ano.

18.2. Declaração explícita do prazo de garantia integral dos serviços, que deverá ser de no mínimo 1 (um) ano, período durante o qual a licitante se compromete a solucionar eventuais problemas decorrentes de falhas ou inadequações na execução dos serviços, no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas, contadas a partir da comunicação formal da SEZEL e do respectivo recebimento pela **CONTRATADA**.

19. DA GARANTIA DA CONTRATAÇÃO

19.1. Em razão da complexidade do objeto contratado, a **CONTRATANTE** exigirá da **CONTRATADA**, no ato da assinatura do Contrato, a apresentação de Garantia pela execução das obrigações assumidas, correspondente a 1% (um por cento) do valor estimado do Contrato, com base no art. 96 e seguintes da Lei Federal na 14.133/2021, cabendo à mesma optar por uma das seguintes modalidades de Garantia:

19.1.1 Fiança Bancária;

19.1.2 Seguro Garantia;

19.1.3 Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública.

19.2. A garantia contratual deverá vigorar durante todo o período de execução do contrato, abrangendo sua vigência inicial e eventuais prorrogações, nos termos do art. 97, inciso I, da Lei nº 14.133/2021. Essa garantia tem por finalidade assegurar o fiel cumprimento das obrigações assumidas pela **CONTRATADA** perante a Administração Pública, servindo como instrumento de proteção contra eventuais prejuízos decorrentes de inadimplemento contratual, inclusive no que se refere ao pagamento de multas, ressarcimento de danos e demais responsabilidades previstas no contrato. Durante todo o período de vigência contratual, a garantia deverá permanecer válida e suficiente para cobrir as obrigações assumidas, de modo a resguardar o interesse público e assegurar a adequada execução dos serviços contratados.

19.3. A Garantia será restituída automaticamente ou por solicitação da **CONTRATADA**, somente após o integral cumprimento de todas as obrigações contratuais, inclusive, eventual recolhimento de multas e satisfação de prejuízos causados a Administração Pública Municipal e emissão do

Termo de Recebimento Definitivo dos serviços.

19.4. A Garantia prestada será retida definitivamente, integralmente ou pelo saldo que apresentar, no caso de rescisão do Contrato por culpa da **CONTRATADA**, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

19.5. O contrato oferecerá o detalhamento das regras pertinentes à garantia da contratação, inclusive no que diz respeito à garantia adicional, prevista no art. 59, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021.

20. DO RECEBIMENTO

20.1. O recebimento e a aceitação dos serviços dar-se-ão por comissão ou servidor responsável, sendo atestados, mediante termo circunstanciado, e serão recebidos:

a) Provisoriamente: no ato da entrega, para posterior verificação da conformidade do objeto, com as especificações contidas no Termo de Referência, mediante a emissão do termo de Recebimento Provisório;

a.1) Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo máximo de **10 (dez) dias úteis** (art. 7º da Instrução Normativa nº 77/2022-Seges/ME, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo;

a.2) Tratando-se de obra ou serviço de engenharia, ao final de cada etapa da execução contratual, conforme previsto no Cronograma Físico-Financeiro, o Contratado apresentará a medição prévia dos serviços executados no período, por meio de planilha e memória de cálculo detalhada e relatório fotográfico;

a.3) Uma etapa será considerada efetivamente concluída quando os serviços previstos para aquela etapa, no Cronograma Físico-Financeiro, estiverem executados em sua totalidade;

a.4) O Contratado também apresentará, a cada medição, os documentos comprobatórios da procedência legal dos produtos e subprodutos florestais utilizados naquela etapa da execução contratual, quando for o caso;

a.5) O prazo para recebimento provisório será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do Contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga;

a.6) O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico;

a.7) O fiscal administrativo do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo;

a.8) O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo;

a.9) Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

a.10) O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

b) Definitivamente: no prazo máximo de até **30 (trinta) dias úteis**, contados a partir da assinatura do termo de recebimento provisório e após a verificação de sua compatibilidade com as especificações do objeto desta licitação, mediante a emissão de Termo de

Recebimento Definitivo assinado pelas partes.

b.1) Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de **30 (trinta) dias**, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

b.2) Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento;

b.3) Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao Contratado, por escrito, as respectivas correções;

b.4) Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas;

b.5) Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização;

b.6) Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

21. DAS RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

21.1. São obrigações da CONTRATADA:

21.1.1 Efetuar a entrega dos serviços em perfeitas condições de uso e aplicabilidade, conforme as propostas apresentadas e especificações, no prazo e locais indicados pelo Termo de Referência, em estrita observância das especificações dispostas neste Termo de Referência, acompanhado da respectiva fatura (Nota Fiscal), constando detalhadamente as especificações técnicas (lote, validade, descritivo, contendo o nome genérico ou fórmula) valor unitário e total dos serviços ofertados;

21.1.2 Colocar à disposição da **CONTRATANTE** os meios necessários à comprovação da qualidade dos serviços ofertados, permitindo a verificação das especificações conforme planilha orçamentária;

21.1.3 Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração inerentes ao objeto da presente aquisição;

21.1.4 Responsabilizar-se pela(s) garantia(s) do(s) serviço(s) ofertado(s), dentro dos padrões de certificação de qualidade, segurança, durabilidade e desempenho, conforme previsto na legislação em vigor;

21.1.5 Assumir todo o ônus e responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamentos de pessoal, prestação da garantia e qualquer outra(s) contribuição(ões) tributária(s);

21.1.6 Em nenhuma hipótese poderá veicular publicidade acerca do objeto adquirido pela **CONTRATANTE**, sem prévia autorização;

21.1.7 Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela **CONTRATANTE**, ou pelo órgão participante, durante a vigência do Contrato;

21.1.8 Comunicar à **CONTRATANTE**, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis de antecedência que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

21.1.9 Manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

21.1.10 Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada;

21.1.11 Aceitar os acréscimos e supressões do valor inicialmente estimado para aquisição dos objetos nos termos do § 1º do art. 125 da Lei Federal nº 14.133/2021.

21.1.12 A **CONTRATADA** deverá dispor, no momento da assinatura do Contrato, de representação na Região Metropolitana de Belém/PA, informando o responsável, endereço e telefone fixo ou celular para atender a quaisquer necessidades da SEZELPMB, inclusive finais de semana e feriados, para casos excepcionais que porventura venham a ocorrer no Contrato de prestação de serviços, comprometendo-se em mantê-la durante toda a sua vigência contratual, a fim de realizar a eficaz supervisão e execução do Contrato.

21.1.13 Emitir ART quando necessário.

21.1.14 Assumir inteira responsabilidade por acidentes de trabalho que venham a ocorrer com seus empregados durante a execução dos serviços ou em deslocamento para os locais de trabalho, adotando todas as medidas necessárias para prevenção de riscos e atendimento aos seus trabalhadores, sem qualquer ônus para a **CONTRATANTE**.

21.1.15 Manter em atividade o número de empregados contratados necessários à perfeita execução dos serviços e ao cumprimento dos prazos estabelecidos no contrato.

21.1.16 Providenciar, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas após notificação da Contratante, a substituição de qualquer empregado cuja atuação, permanência ou comportamento seja considerado prejudicial, inconveniente ou insatisfatório à disciplina da repartição ou ao interesse do serviço público.

21.1.17 Empregar materiais de boa qualidade, devidamente aprovados pela **CONTRATANTE** e em conformidade com as normas técnicas aplicáveis, especialmente aquelas da ABNT, reservando-se à **CONTRATANTE** o direito de rejeitar aqueles que não atendam às especificações técnicas ou padrões exigidos, devendo ser substituídos pela **CONTRATADA** sem qualquer ônus adicional.

21.1.18 Apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos a contar do recebimento da Ordem de Serviço, o cronograma físico-financeiro detalhado, contemplando todos os serviços e etapas da execução contratual, para análise e validação pela **CONTRATANTE**.

21.1.19 Caso os serviços executados estejam aquém do programa de execução aprovado, elaborar e submeter à apreciação da **CONTRATANTE** revisão do cronograma de execução, indicando as medidas necessárias para recuperação do atraso e cumprimento do prazo contratual.

21.1.20 Manter no local dos serviços o Livro Diário de Obra ou de Engenharia, destinado ao registro das ocorrências diárias relacionadas à execução dos serviços, devendo o referido documento ser vistoriado e visado regularmente pela fiscalização da **CONTRATANTE**.

21.1.21 Apresentar ao gestor do contrato organograma da estrutura operacional e técnica que será utilizada para a execução dos serviços, indicando responsáveis, funções e atribuições.

21.1.22 Providenciar, antes do início dos serviços, o registro e a regularização de todos os trabalhadores envolvidos na execução contratual, assegurando o cumprimento da legislação trabalhista, previdenciária e das convenções coletivas aplicáveis.

21.1.23 Providenciar, às suas expensas, todas as licenças, autorizações, registros e aprovações necessários junto aos órgãos competentes para a regular execução dos serviços.

21.1.24 Substituir, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas após notificação da fiscalização, equipamentos ou veículos considerados inadequados ou em mau estado de conservação.

21.1.25 Manter supervisão técnica permanente durante a execução dos serviços, assegurando a presença de profissional habilitado responsável pela coordenação e acompanhamento das atividades.

21.1.26 Comunicar formalmente à **CONTRATANTE**, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal verificada durante a execução dos serviços que possa comprometer o andamento das atividades ou a segurança dos trabalhos.

21.1.27 Manter o local de execução dos serviços limpo e organizado, providenciando a remoção diária de resíduos, entulhos e materiais descartados, bem como o adequado armazenamento de materiais e equipamentos.

21.1.28 Garantir que todos os trabalhadores envolvidos na execução dos serviços estejam devidamente identificados e uniformizados, utilizando crachás ou cartões de identificação.

21.1.29 Responsabilizar-se por quaisquer danos causados à Administração, a terceiros ou a bens públicos e privados em decorrência da execução dos serviços, por ação ou omissão de seus empregados ou prepostos.

21.1.30 Ressarcir imediatamente a **CONTRATANTE** por eventuais prejuízos ou danos causados aos seus bens ou instalações durante a execução dos serviços.

21.1.31 Encaminhar à **CONTRATANTE**, ao término da execução contratual, todos os documentos técnicos e informações produzidos durante a execução dos serviços, que passarão a integrar o acervo da Administração.

21.1.32 Manter sigilo sobre todas as informações e documentos fornecidos pela **CONTRATANTE** ou produzidos durante a execução dos serviços, não podendo divulgá-los sem autorização expressa da Administração.

21.1.33 Manter controle da execução dos serviços mediante elaboração de relatórios técnicos periódicos, adequados às características do objeto contratado.

21.1.34 Quando os serviços forem executados em áreas tombadas ou protegidas, a **CONTRATADA** deverá observar as normas e orientações dos órgãos de preservação do patrimônio histórico, especialmente da SEMCULT (antiga FUMBEL) e do IPHAN, adotando

os procedimentos necessários para evitar danos aos bens protegidos, inclusive em áreas como a Cidade Velha, tombada pelo IPHAN.

22. DAS RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE

22.1. São obrigações da CONTRATANTE:

22.1.1 Proporcionar todas as facilidades para que o fornecedor possa cumprir suas obrigações dentro das condições estabelecidas no Edital;

22.1.2 Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes deste Termo de Referência e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

22.1.3 Receber o(s) serviço(s) no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência e edital;

22.1.4 Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços que não atendam as especificações deste Termo de Referência;

22.1.5 Acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato por intermédio da comissão ou gestor, designado para este fim, de acordo com o art. 117 da Lei Federal nº 14.133/2021;

22.1.6 Efetuar o(s) pagamento(s) da(s) Nota(s) Fiscal(ais)/Fatura(s) da **CONTRATADA**, observando ainda os prazos e condições estabelecidas neste Termo de Referência;

22.1.7 Designar comissão ou servidor, para proceder à avaliação de cada um dos itens que compõem o objeto deste Termo de Referência a serem recebidos;

22.1.8 Notificar a empresa, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constantes de cada um dos itens que compõem o objeto deste Termo de Referência, para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias;

22.1.9 Estabelecer normas e procedimentos de acesso às suas instalações para ajustes e/ou substituições dos objetos que compõem o objeto deste Termo de Referência.

22.1.10 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

23. DA ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CONTRATO

23.1. Após adjudicada e homologada a licitação, a **CONTRATANTE** convocará a licitante vencedora para a assinatura da Ata de Registro de Preços e/ou Contrato, dentro do prazo de até 05 (cinco) dias úteis, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções constantes neste Termo de Referência e do previsto no art. 90, § 5º, arts. 155 a 163 da Lei Federal nº 14.133/2021.

23.2. É facultado à Administração, quando o convocado não apresentar situação regular na assinatura do Contrato ou se recusar a assinar o referido documento, no prazo e condições estabelecidas, chamar os licitantes remanescentes, obedecida a ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo, nas condições de suas propostas, ou conforme negociação, podendo ainda, revogar a licitação independentemente da cominação prevista no art. 90, § 5º da Lei Federal nº 14.133/2021.

23.3. A recusa injustificada da licitante vencedora em assinar o Contrato, dentro do prazo estabelecido pela **CONTRATANTE**, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o às penalidades legalmente estabelecidas.

24. DA NOTA DE EMPENHO

24.1. O prazo para recebimento da Nota de Empenho poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pelo licitante vencedor durante o seu transcurso, desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Administração.

24.2. A emissão da Nota de Empenho está condicionada à verificação da regularidade da habilitação parcial do licitante vencedor no SICAF.

25. DAS CONDIÇÕES DE LIQUIDAÇÃO E PAGAMENTO

25.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de até 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

25.2. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a Nota Fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

25.2.1 A data da emissão;

25.2.2 Os dados do Contrato e do ÓRGÃO CONTRATANTE;

25.2.3 O período respectivo de execução do Contrato;

25.2.4 O valor a pagar; e

25.2.5 Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

25.3. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que a **CONTRATADA** providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao **CONTRATANTE**.

25.4. A Nota Fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta “on-line” ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei Federal nº 14.133/2021.

25.5. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

25.5.1 Verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;

25.5.2 Identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018).

25.6. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da **CONTRATADA**, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no **prazo de 5 (cinco) dias úteis**, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do **CONTRATANTE**.

25.7. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o **CONTRATANTE** deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da **CONTRATADA**, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

25.8. Persistindo a irregularidade, o **CONTRATANTE** deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada a **CONTRATADA** a ampla defesa.

25.9. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do Contrato, caso a **CONTRATADA** não regularize sua situação junto ao SICAF.

25.10. O preço ajustado será total, fixo e definitivo, expresso em moeda corrente do país.

25.11. O pagamento será creditado em favor da **CONTRATADA**, por meio de ordem bancária junto à agência bancária indicada na declaração fornecida pelo licitante, contados do recebimento definitivo dos serviços e mediante a apresentação dos documentos fiscais legalmente exigíveis e devidamente atestados pelo servidor/Comissão de Recebimento.

25.12. Será procedida consulta "On-Line" junto ao SICAF antes de cada pagamento a ser efetuado a **CONTRATADA**, para verificação das condições exigidas na contratação, cujos resultados serão impressos e juntados aos autos do processo próprio. Caso fique constatado o vencimento das guias de recolhimento do FGTS, da Previdência Social e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT a **CONTRATADA** deverá apresentar, no prazo constado na solicitação feita pela Administração, a sua regularização.

25.13. No caso de atraso de pagamento, desde que a **CONTRATADA** não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos pela **CONTRATANTE** encargos moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples.

25.14. No caso de eventual atraso de pagamento por culpa comprovada da **CONTRATANTE**, o valor devido deverá ser acrescido de multa de atualização monetária financeira, apurados entre a data de vencimento da Nota Fiscal e a do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados a taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação da seguinte fórmula:

$$I = (TX / 100) / 365$$

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

I = Índice de Atualização Financeira

TX = Percentual da Taxa de Juros de Mora Anual - 6% /

Ano VP = Valor da Parcela em atraso

EM = Encargos Moratórios

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento

25.15. Caso haja aplicação de multa, o valor será descontado de qualquer fatura ou crédito existente na **CONTRATANTE**, em favor da **CONTRATADA**. Caso esse valor seja superior ao crédito eventualmente existente, a diferença será cobrada administrativamente ou judicialmente, se necessário.

25.16. Caso se faça necessária a reapresentação de qualquer nota fiscal/fatura, por culpa da **CONTRATADA**, o prazo de 30 (trinta) dias reiniciar-se-á a contar da respectiva reapresentação.

26. DA FONTE DE RECURSO ORÇAMENTÁRIO

26.1. As despesas decorrentes das contratações oriundas da Ata de Registro de Preços correrão à conta das dotações orçamentárias próprias, a serem indicadas previamente à formalização de cada contrato, conforme art. 13 da resolução 2/2025 do Tribunal de Contas deste Município.

27. DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

27.1. A vigência do Contrato será de até 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, submetida ao que determina o art. 105 da Lei Federal nº 14.133/2021, com eficácia após a publicação do seu extrato no PNCP e no Diário Oficial do Município, podendo ser prorrogada sucessivamente, desde que justificadamente demonstrada a vantagem para a Administração e mantidas as condições inicialmente pactuadas, nos termos do art. 105, combinado com o art. 106 da Lei Federal nº 14.133/2021, observando-se o limite máximo de até 5 (cinco) anos, conforme a natureza continuada do serviço e a necessidade de assegurar a continuidade e a eficiência na prestação dos serviços de zeladoria urbana no Município de Belém.

28. DA VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇO

28.1. A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de sua divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

28.2. O prazo de vigência poderá ser prorrogado por igual período, totalizando o máximo de 2 (dois) anos, desde que:

28.2.1 Haja a prévia anuência do fornecedor registrado.

28.2.2 Fique formalmente comprovado nos autos que o preço registrado permanece vantajoso para a Administração Pública, mediante pesquisa de mercado atualizada.

28.3. Na hipótese de prorrogação da vigência da Ata, os quantitativos inicialmente registrados poderão ser renovados, conforme facultado pelos órgãos de controle e regulamentos específicos, desde que mantidas as demais condições pactuadas.

29. DO REAJUSTE

29.1. Os preços são fixos e irredutíveis pelo período de 12 (doze) meses de vigência do Contrato, contados a partir da sua assinatura. Após esse período, o reajustamento será concedido a partir do 13º (décimo terceiro) mês pelo INCC-DI-FGV, conforme fórmula abaixo:

$$R = P_i \times I_{Ci} - I_{Co}$$

Onde:

R = Valor do Reajustamento;

P_i = Preço Inicial do Serviço a ser Reajustado;

I_{Ci} = Índice Nacional da Construção Civil - INCC-DI, publicado pela Fundação Getúlio Vargas - FVG no 13º (décimo terceiro) mês, contado da data da assinatura do Contrato;

I_{Co} = Índice publicado pela Fundação Getúlio Vargas - FVG, referente ao mês da apresentação da proposta.

29.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

29.3. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o **CONTRATANTE** pagará à **CONTRATADA** a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a **CONTRATADA** obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

29.4. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

29.5. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

29.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

29.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

29.8. Não será devido reajuste quando o atraso na entrega do bem for atribuível a **CONTRATADA**.

30. DA SUBCONTRATAÇÃO

30.1. É permitida a subcontratação parcial do objeto, até o limite de 30% (trinta por cento) do valor total do contrato, nas seguintes condições:

30.1.1 Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral do Contratado pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades do subcontratado, bem como responder perante o Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação;

30.1.2 A subcontratação depende de autorização prévia do Contratante, a quem incumbe avaliar se o subcontratado cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.

30.2. O Contratado apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.

30.3. É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

30.4. Em se tratando de serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, o Contratado terá responsabilidade solidária por atos e omissões do subcontratado que resultem em descumprimento da legislação trabalhista (art. 2º, inciso IV, do Decreto nº 12.174, de 2024).

31. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

31.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da **CONTRATADA**, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do Contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do Contrato.

32. DA ADESÃO POR TERCEIROS (“CARONA”)

32.1. Poderão aderir à Ata de Registro de Preços decorrente desta contratação outros órgãos ou entidades da Administração Pública, pertencentes ou não ao Sistema de Registro de Preços, conforme previsto no art. 86 da Lei nº 14.133/2021 e no Decreto nº 11.462/2023.

32.2. A adesão será permitida:

32.2.1 até o limite de 50% do quantitativo registrado por item, por cada órgão ou entidade aderente;

32.2.2 e o total das adesões não poderá exceder o dobro dos quantitativos registrados na ata original.

32.3. Para que a adesão seja efetivada, o órgão ou entidade não participante deverá:

32.3.1 apresentar justificativa de vantajosidade da adesão;

32.3.2 comprovar a compatibilidade dos preços com o mercado vigente;

32.3.3 obter o anuente expresso do órgão gerenciador e do fornecedor detentor da ata.

32.4. O fornecedor ficará obrigado a atender às adesões, desde que observados os quantitativos máximos definidos e que a execução se mantenha viável dentro da sua capacidade operacional.

32.5. A adesão será formalizada por meio de instrumento específico, conforme legislação aplicável.

32.6. O órgão gerenciador manterá o controle dos quantitativos registrados e aderidos, podendo recusar solicitações de adesão caso comprometam o atendimento ao próprio órgão gerenciador ou estejam em desconformidade com os limites legais.

33. DAS PENALIDADES

33.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, o licitante que, com dolo ou culpa:

33.1.1 Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo pregoeiro durante o certame.

33.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

33.2.1 Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

33.2.2 Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

33.2.3 Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

33.2.4 Não celebrar o Contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

33.2.5 Recusar-se, sem justificativa, a assinar o Contrato ou a Ata de Registro de Preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

33.2.6 Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

33.2.7 Fraudar a licitação.

33.3. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

33.3.1 Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

33.3.2 Induzir deliberadamente a erro no julgamento;

33.3.3 Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação; e

33.3.4 Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846/13.

33.4. Com fulcro na Lei Federal nº 14.133/2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao(s) licitante(s) e/ou adjudicatário(s) as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

33.4.1 Advertência;

33.4.2 Multa;

33.4.3 Impedimento de licitar e contratar.

33.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade. Na aplicação das sanções serão considerados:

33.5.1 A natureza e a gravidade da infração cometida;

33.5.2 As peculiaridades do caso concreto;

33.5.3 As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

33.5.4 Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

33.5.5 A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

33.6. A multa será recolhida em percentual de 0,5% (cinco décimos por cento) a 5% (cinco por cento) incidente sobre o valor do Contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

33.7. Para as infrações previstas nos itens 33.1, 33.2 e 33.3, a multa será de 0,5% (cinco décimos por cento) a 2% (dois por cento) do valor do Contrato licitado.

33.8. Para as infrações previstas nos itens 33.1, 33.3, 33.4 e 33.5 a multa será de 2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento) do valor do Contrato licitado.

33.9. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

33.10. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

33.11. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 33.1, 33.2 e 33.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

33.12. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 33.9.1, 33.7, 31.9.4, 31.9.5 bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 33.1, 33.2 e 33.7 que justifiquem a

imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

33.13. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o Contrato ou a Ata de Registro de Preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 31.7 e 31.8, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME nº 73/2022.

33.14. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

33.15. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

33.16. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

33.17. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

33.18. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

34. DO FORO

34.1. Para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias decorrentes da execução ou interpretação deste Termo de Referência e do contrato dele decorrente, fica eleito o Foro da Comarca de Belém, Estado do Pará, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Belém/PA, 30 de março de 2026.

Elaborado por:

 Documento assinado digitalmente
ALLAN DINIZ KLAUTAU DE AMORIM FERREIRA
Data: 30/03/2026 16:11:00-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>
Allan Diniz Klautau de Amorim Ferreira
Engenheiro Civil - Registro nº 1516273168
Mat. 0636312-011

Aprovado por:

Cleudson Ferreira Chaves
Secretário Municipal de Zeladoria e Conservação Urbana
Ordenador de Despesa

ANEXOS:

- **ANEXO A** – ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS;
- **ANEXO B** – DECLARAÇÃO DE COMPROMISSO DE VINCULAÇÃO CONTRATUAL FUTURA;
- **ANEXO C** – DECLARAÇÃO DE RENÚNCIA À VISTORIA E PLENO CONHECIMENTO.